



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 23

Sessão Ordinária de Dezembro

4.ª Reunião de 06-01-1999

Aos seis dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raul Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, António Sousa Dinis Correia, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: João Pires da Rosa, Libério da Silva Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota do pedido de justificação de falta apresentada pelo vogal Manuel Simões Madaíl, a qual foi aceite e considerada justificada.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento da presença na sala do grupo “xailes de Aveiro” para cantar os “Reis” aos membros da Assembleia, o que se verificou com o consenso dos presentes.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação do plenário um período de antes da ordem do dia, solicitado pelo vogal Gaspar Albino, o qual foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Gaspar Albino:

“Muito obrigado Sr. Presidente. De algum modo o texto que vou ler é a recuperação de uma intervenção pequenina, minha, numa das sessões da Assembleia Municipal, mas porque entendi que o tema me merecia mais consideração, reduzi a escrito para que fique consignado em acta, e nele vai a minha preocupação que nele está contida.

«Três siglas: JARBA, JAPA, APA.

No decurso dos anos, foi assim que, sucessivamente, foi designada a instituição que tem velado pela Ria de Aveiro, sua barra, e seu porto. Ao princípio, JARBA: Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro. Depois tão somente, JAPA: Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Desde há dias, APA: Administração do Porto de Aveiro.

Se atentarmos, por momentos, nestas siglas, percebemos, só por elas, como o Porto de Aveiro tem vindo a ganhar importância, para não dizer preponderância, no contexto deste complexo que é a Ria de Aveiro. É mais do que evidente que o Porto de Aveiro tem vindo a ganhar importância económica crescente, revelando-se com uma vitalidade que lhe tem vindo a ganhar relevância no cotejo com os outros portos de Portugal.

Este é um facto que se tem traduzido em múltiplos benefícios para a nossa região. Mas, por outro lado, e no sentido inverso, a Ria tem vindo a degradar-se, para o que muito tem contribuído a crise do Salgado Aveirense, com a progressiva destruição dos muros das marinhas de sal abandonadas e o assoreamento de canais e esteiros que as bordejam.

A barra do Porto de Aveiro é uma barra de areias. A sua saúde, de que depende o êxito do Porto de Aveiro, é fruto da força do fluxo das marés que vivificam a Ria e das dragagens a que, de acordo com as necessidades é submetida.

Muitas vezes, ouvimos da boca do saudoso engenheiro-director da JAPA, Coutinho de Lima (um Aveirense de Eixo cuja homenagem tarda!), que a Barra de Aveiro seria em larga medida o que fosse a Ria de Aveiro com as suas cales, canais e esteiros até ao seu último reduto.

Quanto melhor fosse o seu estado, maior seria a penetração das águas e maior também seria a força do fluxo de marés garantidora de melhores fundos na Barra.

Filhos da mesma escola, os engenheiros João Barrosa e Lauro Marques, continuaram a repetir a mesma tese. Tese, aliás, contida no trabalho de referência, “Relance da História Económica de Aveiro - Soluções para o seu problema marítimo, a partir do séc. XVII”, de 1930, e de autoria do saudoso Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, ora reproduzido em livro-álbum da “Exposição Histórico - Documental do Porto de Aveiro - Um imperativo histórico”, realizada em 1998.

A Ria de Aveiro é a razão de ser do Porto de Aveiro. Como já tive oportunidade de escrever, a nossa laguna é como uma mulher, encantadora e sensível. Ou, então, como um polvo: toca-se-lhe um tentáculo (uma cala, um canal ou um esteiro) e toda ela reage, nem sempre seguindo a lógica que está subjacente aos mais evoluídos modelos matemáticos.

E resulta do evoluir das siglas que denominaram a entidade gestora de todo o complexo lagunar que, quanto mais porto de mar tivemos, menos a Ria pesou no contexto global. E isto sem que a Ria não merecesse atenções. Só que o peso crescente do Porto de Aveiro levava a que as gestões Porto/Ria tivessem importâncias económicas diferentes.

Pois bem: o ano de 1998 fecha um ciclo.

1999 será o princípio de uma nova era para a Ria de Aveiro e seu Porto. Este, mercê do seu valor, ganha um autonomia gestora como nunca teve com a criação da Administração do Porto de Aveiro: APA.

Dizem-nos que esta Administração irá herdar, para já, todo o complexo patrimonial e de gestão que enforma e extinta JAPA, Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Mas, tendencialmente, a APA ir-se-á circunscrevendo, em competências, ao porto de mar propriamente dito, o que, aliás, se tornarà cada vez mais imperativo por força do seu próprio crescimento. Isto será inevitável, e ainda bem...

E a Ria. Quem passará a olhar por ela?

É um facto que a barra de Aveiro e o seu porto de mar são fisicamente indissociáveis, pois que uma é dependente da outra.

Tudo aponta para que, em futuro próximo, surja uma entidade específica para tratar da laguna, mas onde a APA sempre terá uma palavra a dizer. Não é tarefa fácil esta, a de garantir o equilíbrio deste todo que é a Ria e Barra de Aveiro. Como compatibilizar, por exemplo, a vontade expressa por Alberto Souto no sentido da politicamente chamada “municipalização dos canais urbanos da cidade de Aveiro” com a gestão da Ria no seu todo?

Como compatibilizar a gestão autónoma da Ria com a gestão autónoma do Porto de Aveiro? Por certo que o Governo Central ao criar a APA já terá amadurecido o problema e já terá

encontrado as soluções mais adequadas à gestão destes difíceis equilíbrios. Mas a verdade é que eu, cidadão comum mas interessado nas coisas da minha terra, desconheço essas soluções. E eu sou um leitor atento das novidades que os “media” vão divulgando.

Será a AMRia - Associação dos Municípios da Ria a herdeira natural da parte da extinta JAPA, que tem gerido o património lagunar?

Será um novo instituto a criar e que na sua constituição interviesses a recém-criada APA, os municípios lagunares ou a sua AMRia, a Universidade, os Ministérios do Ambiente e da Agricultura, etc.?

São questões como estas que se nos põem, aqui e agora, e para as quais ainda não temos resposta esclarecedora. E julgamos que é tempo para a termos. Para bem da nossa Ria. Para bem de Aveiro».

Entretanto entrou na sala o vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Presidente da Mesa:

“É oportuno dar uma satisfação à Assembleia. As duas sessões extraordinárias, uma sobre o Porto de Aveiro e outra sobre a Laguna, a primeira chegou a ter dia agendado só que o Director Geral dos Portos não pode vir a Aveiro. Tive a convocatória feita tive de a alterar, entretanto foi convocada esta Assembleia e portanto, essas reuniões serão entre esta sessão e a próxima sessão. No entretanto tenho em meu poder uma conferência do comandante Rocha e Cunha, que é um texto exaustivo sobre a história da Barra de Aveiro, que é muito interessante e vou mandar tirar fotocópias para os membros da Assembleia. É um estudo um bocado enfadonho, mas que é interessante ler. É importante para o conhecimento da história da Barra e de Aveiro.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, só para manifestar em relação ao Sr. Gaspar Albino, o gosto com que ouvi as palavras dele, a sua preocupação pela Ria de Aveiro, que é de facto um traço de união entre os Aveirenses que em qualquer ponto do mundo falam dela. E no âmbito das iniciativas várias já tomadas, também nós PSD considerámos, que independentemente de qualquer perspectiva de natureza partidária é também tempo de darmos alguma contribuição que possa ser útil brevemente. Queria dizer que no próximo dia 14 (quinta-feira) o Gabinete de Estudos Concelhio do PSD vai fazer uma sessão para apresentação de um projecto piloto de início de recuperação da Ria de Aveiro. Gostaria de dizer que, naturalmente, por escrito, V. Ex.as serão convidadas, mas desde já deixo pessoalmente este convite a todos para participarem, num debate que se reporta afinal ao traço de união dos Aveirenses e que é a Ria de Aveiro.”

Presidente da Mesa:

“Queria dizer que essa reunião é interessante, embora eu não possa estar, estarei em Estrasburgo, mas felicito o PSD por isso.”

Vogal Raúl Martins:

“Sr. Presidente, só para dizer que ouvi com imenso agrado a comunicação, o grito de alerta do nosso companheiro Gaspar Albino e era para dizer que, de alguma forma, posso ler algumas coisas nas entrelinhas do seu discurso dirigidas a mim. Era para dizer que não tendo nascido em Aveiro, vim para cá com um ano idade. Crie-me na Ria, quase. Os primeiros mergulhos que dei foi no esteiro do Eirô e penso, como alguém disse de Eça de Queiroz: que Aveiro não devia nada a Eça de Queiroz e Eça de Queiroz é que devia a Aveiro porque se criou neste ambiente e foi aqui que formou a sua personalidade; também eu tudo devo a Aveiro.

Tudo, para dizer que calou bem fundo em mim o seu discurso. Eu gosto muito da Ria; tentarei fazer o melhor possível. E sobre este livro de que fez aqui referência (que penso que é um livro que foi editado recentemente pela JAPA), vou tentar arranjar número suficiente para o oferecer a cada colega desta Assembleia Municipal e obviamente ao Sr. Presidente, por que acho que é um documento importante na vida de todos nós - na vida comum de todos nós. Penso que, para além de tudo aquilo em que nós somos diferentes, aquele livro pode de alguma forma simbolizar aquilo que nós temos em comum: a vida da nossa Ria; a vida do nosso Porto; a nossa vida. Obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Gaspar Albino:

“Eu queria dizer, com autorização desta Câmara, o seguinte: Dr. Raúl Martins, eu desejo-lhe profundamente, do mais profundo que cá tenho dentro, a melhor sorte na orientação dos destinos da APA que lhe estão confiados. Ao desejar isto, devo-lhe dizer que estou a ser profundamente egoísta, porque se tiver sorte, é Aveiro que vai ter sorte. Obrigado”

Vogal Jorge Arroiteia:

“Sr. Presidente, eu era só para formalizar um pedido, já que estamos em maré de cortesia, era se o nosso companheiro - o Sr. Deputado Raúl Martins - poderia juntar à sua oferta, a coleção dos boletins da Junta Autónoma do Porto e Barra, que me parece que constituem um documento importantíssimo, porque contém não só informações de natureza histórica, como nomeadamente um trecho ou trechos dessa conferência do Comadante Rocha e Cunha, mas porque tem também uma série de informações estatísticas que me parecem que são extremamente importantes. E se me permitem, vem a talhe de foice: eu não tive a sorte, não tive o privilégio de nascer em Aveiro, portanto sinto-me sempre um pouco descalço quando falamos em Aveirismos, quando falamos em Aveirenses; recordo apenas, que possivelmente haverá muito poucas famílias que tenham o privilégio de serem nadas e criadas em Aveiro, porquanto todos os Srs. Deputados conhecem e sabem, Aveiro - finais do séc. XVIII, séc. XIX - antes da abertura da Barra, era uma população com cerca de 4000/5000 habitantes; outros eram Aveirenses mas estavam justamente em Verdemilho e estavam justamente nas suas redondezas, portanto que se deslocaram para aí. Portanto eu atrevia-me, se fosse possível (e desculpem-me), mas encarem isso, é que como ouvi evocar o nome de pessoas, não queria que a minha evocação fosse mal entendida; e comungando e partilhando de todos os sentimentos dos maiores sucessos para a Administração do Porto de Aveiro, que bem precisa, gostaria de evocar, porque recordo de ler em todos os boletins da JAPA, um editorial e penso que a responsabilização desse boletim, partia do Sr. Eng.º Lauro Marques - se me permitem, eu gostava de o evocar também, com todo o respeito que tenho pela obra que ele desenvolveu, penso eu, na expansão, no desenvolvimento, na consolidação da Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Era tudo Sr. Presidente, muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Bem esse problema de quem é Aveirense - é Aveirense, quem aqui nasceu; é Aveirense quem para aqui veio trabalhar; é Aveirense quem aqui se sente bem e comunga da nossa maneira de ser (que não está bem definida, a tal coisa a que chamam o Aveirismo, mas que tem alguns parâmetros indiscutíveis). É um problema, mas penso que não há lugar a passar alvarás de Aveirismo.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Sobre este tema, eu também, obviamente que gostaria de fazer dois ou três comentários. Cumprimentá-lo por ter trazido esta questão aqui à Assembleia neste momento; de facto estamos a assistir à mudança de responsáveis na entidade com jurisdição sobre a Ria, e é o momento aqui noutras sedes, que é oportuno para reflectirmos todos um

pouco sobre o futuro da Ria.

Como sabem logo no início do ano, uma das propostas que a Câmara apresentou ao Secretário de Estado da Tutela, foi a de tentar conseguir a designada municipalização dos canais. Era muito simples; é fazer transitar da competência da antiga JAPA, uma área rigorosamente limitada, para a jurisdição da Câmara de Aveiro, que legalmente já tem neste momento, competência para ter jurisdição sobre águas e sobre o domínio público marítimo.

Essa delimitação está feita, a proposta está pendente, é muito fácil de explicar: são todos os canais urbanos, a partir das Pirâmides, para dentro; é o Lago do Paraíso; é a zona do TIR/TIF, e onde será implantada a Europa dos Pequeninos; e no futuro, o canal da Pista de Remo. Este conjunto representa áreas que são umas vias de comunicação urbana: com casa à volta; outras zonas com vocação para serem reconvertidas/requalificadas: como, ou eco-museus ou museus da Ria ou lagos ou parques aquáticos. Nada disto interfere neste momento, com a gestão do Porto e com a exploração comercial do Porto; e penso que o Dr. Raúl Martins também vai concordar comigo, depois da conversa que iremos ter, já noutra estatuto, a propósito deste problema. O exercício foi de facto esse; chegou-se à conclusão que não eram importantes para o futuro do desenvolvimento do Porto; chegou-se à conclusão que não afectam nenhuns dos ecossistemas e das correntes principais e de tudo o que possa relacionar-se com a Ria Sobrante, tem características urbanas ou muito próximo da Cidade. Atribuindo essa competência à Câmara Municipal de Aveiro, conseguir-se-ia responsabilizar a Câmara, pelo de bom e pelo de mau que se fizesse nessas áreas, obviamente sempre no respeito dos instrumentos de planeamento que existem e que portanto, evitam que se possam fazer alguns disparates. Isto é, o risco que alguém às tantas me dizia, de que um Presidente da Câmara resolvesse, aterrar um canal para fazer uma avenida ou construir um prédio, é evidente que está fora de causa, porque temos: PDM's; Planos de Ordenamento; normas sobre ambiente que têm que ser respeitadas. E portanto, no cumprimento da lei a Câmara de Aveiro teria o controlo do processo e teria muito a ganhar com o devolver a Cidade à fruição de todos os Aveirenses.

Depois, um outro nível, que é de facto um outro desafio que a equipa do Dr. Raúl Martins, vai ser confrontada e o Sr. Gaspar Albino, pôs o dedo na ferida - o que é que vai acontecer, à área que não é apenas área de expansão portuária, porque como sabem Aveiro tem um Porto que tem a maior área de expansão do país. Essa área é portanto indiscutível - é Porto Comercial. Mas depois disso há os canais de navegação que são necessários à navegação comercial; há os canais que estão imediatamente, associados ao Porto, que têm haver com os estaleiros, etc., mas há tudo o resto; há os outros 35 Km de extensão de Ria que não têm características urbanas, nem são imediatamente necessárias à gestão do Porto, sendo certo que tudo isto é comunicante e obras que se façam a montante, podem ter implicações a jusante e vice-versa.

Apareceram duas ideias para resolver este terceiro problema; e sendo certo que a filosofia subjacente à criação da APA, é de que a sua área de intervenção tem que ser redimensionada - apareceram duas ideias: uma delas, foi que fosse a Associação de Municípios da Ria, a assumir a jurisdição sobre a área sobrance. Isto implicava - digo já de entrada - uma enorme revolução no seio da Associação dos Municípios da Ria; tem o lado bom, que é o controlo político ser devolvido às Câmaras circunvizinhas; tem o lado mau, de neste momento a Associação não ter competências, não ter técnicos, não ter meios, não ter finanças e portanto, ser necessário repensar tudo isso.

A outra ideia, é a da criação de um Instituto em que estivessem representadas todas estas entidades e outras, que devem ter uma palavra a dizer sobre a Ria. Designadamente o ambiente, a agricultura - pelo menos estas duas - naturalmente o Porto e as Câmaras envolvidas.

É este o tipo de decisão de arranjo institucional, que vai estar na mesa nos próximos tempos e portanto, eu endereço aqui votos de muito êxito, na reflexão que for feita sobre esta matéria, que é naturalmente muito importante, em especial, para a área de Aveiro e para toda a zona lagunar.

Como sabem foi feito o desassoreamento, com os problemas que são conhecidos; está em curso um processo de despoluição com um processo integrado da SIMRIA, que no prazo de um ano e meio, dois, vai conseguir a despoluição da Ria de todos os efluentes domésticos, industriais - se tudo correr bem.

E falta ainda um Plano de Ordenamento Global, que pode ser aquilo a que se referia o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues: é preciso, uma vez criadas as condições ambientais, dizer aos agentes, e às pessoas, e aos turistas, e aos investidores, e aos pescadores, quais são as regras. Se vamos ter transportes fluviais à exploração privada ou não; se a concessão vai ser pública; se vamos ter hotéis e em que zonas; se vamos manter todas as marinhas ou se vamos aterrar algumas; se vamos rasgar novos canais ou dragar aqueles que existem; onde é que se pode fazer caça, etc.

Portanto, há todo um trabalho de revalorização da actividade da Ria, em função da nova actividade económica, que deve ser feito e portanto, penso que é um daqueles pontos, como aqui foi dito, em que é importante que se estabeleçam largos consensos, porque é uma matéria delicada, muito interdisciplinar, com dezenas de entidades a dar parecer e em que é de toda a vantagem que hajam ideias certas, debatidas e consensuais sobre isto.

Coisas muito concretas têm sido feitas recentemente; desde logo aqui na zona urbana - os muros dos canais; o Porto de abrigo da Torreira, que é um sucesso. Foi uma obra relâmpago e que está a agradar a toda a gente - tem uma guarita para os pescadores e outra para os barcos de recreio. Queremos ver se também, no mesmo ritmo relâmpago, fazemos o mesmo em S. Jacinto - e já seguiu neste momento o projecto, para Lisboa, para o Instituto Marítimo Portuário e portanto, apesar de tudo, eu penso que aquele discurso muito derrotista, sobre o estado em que se encontrava a Ria e a que todos nós temos assistido nos últimos vinte anos, e tenho razões para crer e para ser optimista, que nos últimos cinco anos se tem vindo a dar passos para inverter este processo e que nos próximos anos vamos ter outra vez uma Ria como todos gostaríamos que ela fosse. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Raúl Martins:

“O que o Sr. Presidente da Câmara disse é importante, e eu espero que todos façamos força, todos participemos no “lobby” pela nossa terra. O Sr. Presidente, falou em algumas obras importantes, mas temos algumas outras que é preciso também lembrar: é preciso lembrar o porto de recreio que tem de ser feito em Ovar; a Marina que urge fazer em Ilhavo - na Barra; temos de pensar como é que vai funcionar a ligação para S. Jacinto - e estou a pensar não nas lanchas, mas nos “ferry-boat”; e temos de pensar muito bem e todos fazer “lobby” pela ligação ferroviária ao Porto. E é preciso começar a fazer o Porto, porque o Porto apenas está iniciado; o Porto para estar completo precisa de muita coisa. Portanto se não houver “lobby’s”, este sistema, que é um sistema muito frágil e sensível, acaba por morrer.

Mas tem de ser esta interligação profunda da Ria e da Sociedade e nomeadamente da Universidade, do Poder Autárquico, da SIMRIA, da APA, etc., que podem conjuntamente tornar a nossa Ria - uma Ria de futuro e com futuro.”

PONTO N.º 5 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 1999.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião extraordinária 07-12-1998, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bom, a actividade dos Serviços Municipalizados este ano e

talvez deva começar por uma questão prévia.

Como sabem os nossos Serviços Municipalizados, são os únicos Serviços do país que concentram três actividades diferentes - de natureza diferente; que é o Sector das Águas; o Sector do Saneamento; e o Sector dos Transportes. São três empresas com características diferentes, unidas institucionalmente numa só, e isto naturalmente provoca alguns problemas ao nível dos índices de produtividade e de rentabilidade, que a empresa regista.

A recente publicação da legislação sobre as empresas municipais e portanto a possibilidade, a vantagem ou a inconveniência, de se virem a transformar os Serviços Municipalizados em empresas municipais, está obviamente sobre a nossa preocupação e encomendámos já este ano um estudo para verificar quais são justamente, as vantagens comparativas de se seguir o modelo das empresas municipais ou de mantermos a estrutura dos Serviços, tal como está.

De resto, este ano temos como aspectos mais marcantes, no que respeita ao abastecimento da água, cuja taxa de cobertura, continua a ser muito alta; 98% . Temos a novidade da introdução do sistema telegestão e controlo da água; temos a modernização de algumas redes mais antigas, como na Beira Mar, penso que vai prosseguir; e a continuação dos abastecimentos através do Carvoeiro, que tem vindo a ser feita, com regularidade, e cuja qualidade tem vindo a ser monitorizada.

A nota desagradável, é que este ano aprovou-se um aumento inferior a 2%. No ano passado não tinha havido aumento nenhum e portanto, é um aumento que vem compensar uma estabilidade de tarifas de 4 anos.

No que toca ao saneamento, as obras continuam a prosseguir, todos têm presente as questões que têm aqui surgido a propósito dos ramais de ligação, penso que foram dadas todas as explicações. Foram encontradas soluções interessantes para atender às dificuldades das pessoas mais carênciadas e portanto, esperamos que as pessoas agora tenham outra compreensão perante o problema, o objectivo político deste Executivo continua a ser o de chegar ao final do mandato, com cerca de 90% de taxa de cobertura do saneamento, o que seria de facto muito importante e colocaria Aveiro ao nível do melhor que há no país, no que respeita a água e ao saneamento. Taxas, que são taxas de facto europeias. Temos que fazer um grande esforço de investimento para lá chegar; os Serviços estão preparados para isso; estamos a estudar nisso, se encontrarmos os meios de financiamento adequados para fazer face a esse esforço: designadamente as Freguesias de Oliveirinha e Eixo, que eram as duas, neste momento mais carênciadas. E portanto, estamos convencidos que vamos conseguir atingir essa importante meta.

Nos transportes, eu gostava de referir que este ano foi um ano em que conseguimos, algumas coisas importantes. Pacificámos as relações de trabalho, havia uma situação que não era muito aguda mas de alguma tensão, que existia entre os agentes únicos. Conseguimos vir a conceder no futuro as duas folgas semanais, através da contratação de agentes únicos. De facto Aveiro não concedia as duas folgas semanais, ao contrario do que acontecia noutros Serviços Municipalizados, para corrigir essa situação, foi necessário admitir mais pessoal o que está a ser feito - estão 21 vagas abertas - e isso vai permitir, por um lado, conceder estas folgas semanais, por outro lado ajustar os horários tendo em conta a diminuição da carga horária por trabalhador, que como se sabe, vai atingir as 35 horas semanais no ano 2000.

Mais novidades também nos transportes; a renovação da frota - foram adquiridos 4 mini-bus, que devem entrar ao serviço em finais de Janeiro, princípios de Fevereiro. Portanto, vamos finalmente ver os tão anunciados mini-bus, a circularem nas nossas estradas e vamos também renovar a frota clássica e estão também adjudicados, 4 autocarros rebaixados - o que facilita muito o acesso das pessoas. Além disso, haverá também um novo visual mais moderno, mais alegre, pensamos que as pessoas vão gostar. Significa todo este esforço, que o senhor engenheiro vai particularizar, significa que estamos a falar de um esforço de 3 milhões 468 mil contos; sendo 1 milhão 630 mil contos, para investimento este ano.”

Presidente da Mesa:

“Já agora pedia desculpa, mas a propósito de transportes, não foi dada notícia de o que é que aconteceu àquele comboio turístico, que voltou a circular, melhor qualquer coisa. Não é bem transportes, mas é aparentado.”

Presidente da Câmara:

“O comboio que viram a circular, é um comboio que foi promovido pela Associação Comercial de Aveiro, só para esta época de Natal. Tanto quanto pudemos apurar, tinha condições de segurança muito diferentes do outro, obteve também uma licença da Direcção Geral de Viação e tinha características estéticas diferentes. Além disso era de utilização gratuita. Portanto circulou, sem que houvessem problemas.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, nós estamos acostumados a verificar que os Serviços Municipalizados, funcionam de modo muito mais organizado do que a Câmara. De facto planificam as obras, executam o que está planificado. Ora o Plano de Actividades, reflecte esta situação e deste modo a bancada do PSD irá votá-lo favoravelmente. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente. Caros Colegas da Assembleia. As palavras do Sr. Prof. Britaldo, corroboro inteiramente, até porque esta postura dos Serviços Municipalizados, tem vindo a melhorar significativamente e quero aqui cumprimentar o Sr. Administrador Delegado e o seu quadro de pessoal, pela eficiência que conseguiram transmitir aos Serviços Municipalizados de Aveiro - eficácia e eficiência.

No entanto, há pequenos pormenores e aí os senhores dirão como é que hão-de actuar, com a qualidade - eu desde sempre lutei, para que na Câmara de Aveiro, houvesse uma pré-qualificação dos empreiteiros - durante esta Câmara ainda não falei nisto, não sei se isto está a ser feito, se não. Porquê? Não é para colocar ninguém de lado, mas é para pré-qualificar os empreiteiros, para que para obras de uma determinada importância, hajam empreiteiros capazes de executar em tempo útil e no tempo preestabelecido.

Nesta componente da actividade dos Serviços Municipalizados, penso que também há algumas falhas, porque damos constantemente com empreiteiros que a meu ver, a trabalhar no terreno, não têm capacidade para executar as obras tão rápido quanto possível, ou seja, como seriam executadas por empresas com outra capacidade técnica. E sabendo todos nós, como é importante na vida municipal e como é incomodo o trabalho nomeadamente, o de extensão da rede de saneamento municipal, havia toda a necessidade em pré-qualificar os empreiteiros, de modo a que as obras fossem feitas no tempo estabelecido pelo respectivo concurso e se possível antecipá-las. E depois, quando elas estão concluídas há uma lacuna; e penso que aí falta uma articulação com a Câmara, que tem haver com o tamponamento das valas abertas, reabilitação das respectivas ruas etc. Penso que é um dado importante, Sr. Presidente dos Serviços Municipalizados, Sr. Administrador Delegado, a reter, para que haja mais eficácia na execução dos trabalhos, a bem das populações que normalmente habitam na orla das ruas a serem intervencionadas.

Quanto ao Plano de Actividades em si, como Presidente da Junta da Freguesia de Oliveirinha, tenho que dizer que me satisfaz, vindo ao encontro de uma pretensão e de um conjunto de promessas da Câmara, no sentido de que se estendesse rapidamente a rede de saneamento naquela freguesia, nomeadamente nas vias principais.

Gostaria de alertar aqui o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente do Conselho dos

Serviços Municipalizados e o Sr. Administrador Delegado, para um facto importante: a população hoje tem um sentido critico bastante apurado e varias vezes reage quando vê asfaltar ruas e passado uns tempos, andarem a rebentar a mesma rua. Isso é demonstrativo de uma falta de entrosamento dos diversos serviços; poder-me-ão dizer que havia de haver aí um organismo que superintendesse nisso tudo, para que as diversas empresas que têm que actuar nessa estrada fizessem em conjunto as infra-estruturas. Bom seria, que como nos países mais evoluídos, infelizmente poucos, da nossa Europa Comunitária, fossem colocadas as chamadas galerias técnicas que possibilitariam que todas as infra-estruturas funcionassem dentro dessas galerias. Mas isso não é praticado ainda, em alguns países bem mais desenvolvidos que nós, obviamente que nós ainda estamos mais atrasados.

Mas é constrangedor ver uma estrada a ser atapetada e passado uns dias andam a rebentar a estrada - isso não devia ser permitido, meus senhores! É preciso acabar com isso, porque a população já interiorizou a ideia de que nós ao fazermos isso, nós organismos públicos, estamos a gastar o dinheiro e a estragar o dinheiro dos impostos dos contribuintes.

Peço-lhes por favor, para que nas vias principais, confrange-me pedir reabilitações de estradas que não sejam acompanhadas da colocação das respectivas infra-estruturas. E se foi executado o Plano de Actividades, para a Freguesia de Oliveirinha, como está previsto, é preciso um esforço acrescido na rede de saneamento, que este Plano não contempla.

Sr. Administrador Delegado, terá que haver aí uma articulação séria, entre a Câmara e os Serviços Municipalizados, a bem da economia dos impostos de todos nós, a bem das populações e em última instancia, a bem da imagem da Câmara e dos Serviços Municipalizados.”

Entretanto entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Mesa:

“Já agora, permitam-me contar um episódio: em 1966, quando regresssei de Timor, estive um dia e tal numa cidade no Norte da Austrália - Darwin - mais tarde, bastante mais tarde, foi toda demolida por um tufão. Nessa altura era uma cidade em construção, com uma enorme extensão e fiquei impressionado - depois soube porquê - com enormes avenidas, em que os esgotos e todas as tubagens estavam postas por cima do piso; foi uma coisa que me espantou. Perguntada a explicação era esta: não sabiam à data, ainda, qual iria ser a dimensão a curto prazo da cidade. E portanto, não tinham ainda opção, sobre o que é que iam fazer a essas infra-estruturas: se iam fazer as tais câmaras de percurso, se iam aterrâ-las, e onde e em que medida, e com que calibre: chama-se a isso planeamento.”

Vogal Armando Vieira:

“Na viagem que tive a felicidade de fazer ao Japão, obviamente que todos nós sabemos que o Japão está mais avançado em determinado tipo de infra-estruturas que os portugueses aí uns 30 anos. No entanto há uma coisa que sempre me preocupou; é porque é que a rede de esgotos e as redes normais, são colocadas ao centro da via?

Devo dizer-lhe que assistimos, está ali o Sr. Dinis que viu, com certeza como eu: estava em construção uma via rápida e ao mesmo tempo estavam a ser instaladas as galerias técnicas à margem, isto é, na berma - fora do asfalto.

As galerias técnicas, onde iam ser colocadas todas as tubagens necessárias, estavam a ser colocadas à margem.

Sr. Presidente, também julgo saber, que na Europa, galerias técnicas usadas sistematicamente, só os Alemães é que fazem. É lamentável, mas é verdade. Há outros países que avançam, timidamente, mas ainda não têm isso por hábito corrente.”

Vogal António Salavessa:

“Eu entendo, o defeito será certamente, também meu, mas entendo que nós nos debruçamos relativamente pouco sobre este documento dos Serviços Municipalizados, relativamente à atenção que ele deveria merecer e ao estudo que ele deveria merecer. E começo, repito, dizendo que a responsabilidade é também minha. Mas se atendermos que através dos Serviços, é prestada a maior parte do serviço de componente social do Município, cuja qualidade, cujos custos, cuja eficácia e eficiência, têm repercussões no dia à dia de toda a população, e às vezes de forma bastante sensível. Penso que ao tratarmos isto, como o apêndice do Plano de Actividades da Câmara, não esmiuçando, não o discutindo em pormenor, poderemos não estar a prestar um bom serviço aos munícipes. Esta é uma reflexão que tem vindo a crescer e que com certeza, procuraremos alterar, em situações e discussões futuras. Têm haver com os transportes, têm haver com o saneamento, têm haver com a água, tem haver com coisas que são particularmente sensíveis.

Não havendo uma abordagem exaustiva, há contudo, algumas observações, algumas reflexões, algumas inquietações, que nós gostávamos de colocar neste ponto, à consideração da Câmara que tem responsabilidade política e porventura o Sr. Dir. Delegado.

Em relação aos transportes, entendemos que há que fazer muito para a melhoria da qualidade do serviço prestado. As pessoas sabem as críticas que existem em relação ao estado da frota, em relação às carreiras, sabemos que é difícil haver um transporte à porta de cada pessoa, à hora que cada pessoa precisa. Isso é uma verdade “la Palice”, mas penso que é possível melhorar mais, no sentido de criar carreiras, que acabam por se traduzir em melhores resultados para os Serviços se elas forem adequadas quer nos horários, quer na periodicidade, quer na dimensão do transporte.

A este respeito, já que vai haver uma frota de mini-bus, talvez seja possível a partir dessa frota, criar pequenas carreiras, mais flexíveis, que tenham em conta a realidade, e acho que era bom haver um inquérito para a população do Concelho, sobre as suas necessidades - que transporte é que necessitariam por forma a se encontrarem essas soluções. Já agora, neste ponto, dado que já por mais de uma vez falei no assunto e no Plano não está nada a esse respeito, penso que nessas soluções flexíveis havia que integrar o transporte da Universidade, à Estação dos Caminhos de Ferro. Portanto, já aqui o disse - há momentos críticos, há momentos que podem ser perfeitamente definidos através de uma troca de informação, entre a Universidade e os Serviços, que permitam as grandes chegadas de segunda de manhã e as partidas de quinta e de sexta-feira e as chegadas diárias, porque também há um fluxo diário significativo, isso ter uma resposta directa: Universidade/Estação - Estação/Universidade.

Queria, certamente que a Câmara e os Serviços saberão, mas queria alertar para o fiasco que tem sido em alguns sítios, este sistema de “park-and-ride”, portanto com autocarros permanentemente vazios, com mini-bus permanentemente vazios; eu vejo-os passar quando me desloco a outras cidades, nomeadamente em Coimbra - eu vejo-os vazios. Portanto, é necessário haver um estudo efectivo sobre o que é que as pessoas querem, o que é que pretendem, é evidente que tem que haver um estímulo, como é obvio, nomeadamente a níveis de custo no estacionamento exterior e da segurança desses parqueamentos exteriores, mas era bom que a situação fosse devidamente reflectida.

Quanto ao saneamento; uma questão central: gostava que a Câmara dissesse claramente qual é o objectivo? E acima de tudo, qual é a situação actual? Qual é a avaliação que a Câmara faz, sobre a taxa de cobertura hoje? Porque fala-nos em 90%, fala-nos em 94%; qual é que é o ponto de partida, para chegarmos a essa meta? O Sr. Presidente fala em 90% no final do mandato. Os Serviços falam em 94% no fim do quadriénio; mas o ano é só um. O ano de diferença é um! O mandato acaba no final de 91 o quadriénio acaba no final de 92, esta diferença de 4% num ano, parece-me um pouco ... expliquem lá bem isto. Qual é que é a meta política da Câmara, para o saneamento no Concelho, qual é que é o número que é um

compromisso político desta Câmara?

E acima de tudo (não quero ser Velho do Restelo), mas gostava de ver nos números como é que o objectivo é concretizado. Por exemplo, se os Serviços nos dizem - vamos atingir uma determinada taxa de cobertura (94%), prevê para isso um conjunto de investimentos; estão escritos. E esses investimentos, só com o alargamento da rede de drenagem, são 6 milhões 352 mil contos; conjunto dos investimentos em alargamento de rede para este ano de 99 e anos seguintes do quadriénio. Mas este ano de 99, o que está previsto, seja com a conclusão de obras executadas, seja com o lançamento de novas obras, o que está previsto, são 681 mil contos. Ora, 10%, mais coisa menos coisa, daquilo que a Câmara se propõe ou que necessita para o quadriénio. Como é que é possível, tendo este ano, seiscentos e tal mil contos, realizar em quatro anos, quer dizer, neste e mais três - 6 milhões e 300 mil? Onde é que está o financiamento? Onde é que vai ser buscado o financiamento para atingir os 94%, segundo os Serviços ou os 90%? Respondam-me. E respondam-me, se tem ou não cabimento aquela ideia repetida de que este problema exige recursos financeiros, extremamente grandes e que o Município, por si só, terá muita dificuldade em os concretizar. E já que há parcerias para lagos, já que há parecerias para não sei quê, era muito importante, que houvesse um compromisso - eu não digo só em relação ao Município de Aveiro, mas uma parceria por parte do Poder Central, para superar os problemas do atraso do saneamento na nossa Região. E pode acreditar Sr. Presidente, do ponto de vista político, terá toda a solidariedade - deste PCP pequenino, que aqui está - mas também do PCP, enquanto força política nacional e do grupo parlamentar do PCP, para esse objectivo. É necessário realizar, mesmo que os volumes de investimento sejam grandes. Mas Sr. Presidente, parece-me relativamente pequeno, a capacidade, aquilo que os Serviços, têm como autofinanciamento. Portanto, 325 mil contos de autofinanciamento, para o próximo ano, quando se prevê que o Município arrecade, excluindo subsídios, excluindo participações, só em vendas - chame-se vendas, a compra da água - em vendas de prestações de serviços. Portanto, receitas próprias - 1 milhão e 700 mil contos. Então os Serviços, com 1 milhão e 700 mil contos de receitas próprias, mais subsídios, só consegue disponibilizar trezentos e poucos mil contos, para financiamento? Não há um caminho a percorrer, também, de racionalização (não digo ir buscar mais aos munícipes, já chega!), de optimização, de forma a conseguir libertar mais verbas para serem aplicadas em investimentos. E a pergunta aí está.

Por último, este Plano demonstra-nos que há três ou quatro anos atrás, foi cometido - passo a expressão e a força dela - um crime contra os interesses de Aveiro, contra os interesses do Município, a que felizmente o PCP não aderiu e se opôs e denunciou na altura, que foi a concessão a privados do Sistema do Carvoeiro - a concessão da exploração das águas do Carvoeiro, a uma empresa privada, atitude, a qual votámos contra, por entendermos que era lesiva dos interesses de Aveiro.

Este Plano Plurianual, demonstra a justeza da nossa posição e que não foi acompanhada pelas outras bancadas.

As contas são cada vez mais simples de fazer e cada vez mais, absurdas, por aquilo que representam. As águas do Carvoeiro, pagaram ao conjunto dos municípios da Associação (pagaram uma parte e vão pagar o resto), 2 milhões de contos, pela concessão por 20 anos. Pagaram 1 milhão de contos à cabeça, desse milhão de contos à cabeça, 500 mil vieram para Aveiro, de acordo com a distribuição das quotas e Aveiro irá receber daqui a 6 ou 7 anos, quando acabarem 10 anos, durante os 10 anos seguintes, 50 mil contos de renda por ano, quer dizer, Aveiro vai receber desta concessão, qualquer coisa como 1 milhão de contos; está aí no Plano, quanto é que o Município vai pagar este ano de água, às águas do Carvoeiro - vai pagar 200 mil contos. 200 mil este ano, mais 200 mil para o ano, mais 200 mil para o outro e assim sucessivamente para os vinte anos da concessão, quer dizer, que o Município vai pagar cerca de 4 milhões de contos, que serão pagos à empresa privada.

Esta mais valia, esta diferença, se somarmos à dos outros municípios que estão na Associação, que a situação é idêntica, demonstra bem, que era possível que a Associação assumisse a responsabilidade da exploração e que os custos para a Região, seriam muito menores e que ficaria muito dinheiro disponível para investir. Foi um mau negócio a entrega a privados da concessão o Carvoeiro, como é também um mau negócio, a entrega a privados da concessão do lixo. Através destas concessões, são centenas de milhares de contos - milhões - a médio prazo, que são esbanjados e que poderiam ser investidos no Concelho.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Por habitualidade este Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados, é em regra praticamente não contestado. Talvez por ser, como já foi dito, considerado um apêndice do Plano de actividades da Câmara Municipal, talvez por a actividade dos Serviços, depender da Câmara Municipal, talvez por ser gerido menos politicamente do que é a Câmara Municipal propriamente dita. Realmente é um Plano que tem a sua importância. E importância grande, porque satisfaz e aí se espelham, as necessidades primárias e fundamentais do Concelho, como são os Serviços de águas e saneamento, e os transportes.

Eu trazia umas reflexões sobre os transportes. Realmente caminha-se, em termos de sensibilidade e vontade das populações, que caminham no desejo, digamos, das populações no sentido de que haja cada vez menos trânsito dentro das cidades: é por um lado a poluição atmosférica, acompanhada pela poluição sonora e por outro lado o maior dispêndio com as deslocações; mas sobretudo esses efeitos de poluição.

Assistimos contraditoriamente a este desejo, realmente, das populações, a que cada vez mais e melhor se facilita o fluxo automóvel - o automóvel multiplicado, particular - para o interior das cidades. Projectam-se estacionamento dentro das cidades; pretende-se que as artérias dentro das cidades, sejam cada vez mais largas - isto é, facilita-se a vida ao trânsito. Eu não quero ser fundamentalista, neste campo como noutros e esforço-me por não sê-lo; mas creio que é papel das autarquias, ter um efeito pedagógico sobre as populações. As autarquias estão ao serviço da população, mas como dirigem, digamos assim, as condições em que devem interpretar o sentir da população e de alguma maneira, paulatinamente irem progredindo no sentido de corresponder ao desejo dessa população. E a meu ver, a reflexão é sobre os transportes: deveriam realmente criar-se condições para que fazer-se o estudo das necessidades dos transportes públicos e pôr ao serviço da população transportes de maneira a que pudessem aceder ao centro da Cidade sem ter de fazer longas esperas. Claro que isto é como: o que é que vem primeiro; se é o ovo ou se é a galinha; hoje não há clientela para os transportes. E não há porquê? Porque há facilidades para o ingresso dos automóveis. O estacionamento, não deveria ser no centro mas nos subúrbios, devia ser à entrada da Cidade. Portanto, quando se constrói um novo parque de estacionamento, no centro de uma cidade, ele imediatamente é benéfico; mas isso trás sempre o efeito contrário ao desejo dos munícipes. Portanto, esse estacionamento deveria ser nos subúrbios, para quê? Porque não havendo estacionamentos na cidade, claro que se evita, que os particulares não utilizem os públicos e venham os privados.

Penso eu que deveria haver um conjunto de medidas que influenciasse e determinasse, paulatina e progressivamente, o uso dos transportes públicos; que naturalmente terão cada vez mais e melhor qualidade, quanto mais forem utilizados. Acho que esta Câmara, através dos Serviços Municipalizados, deveriam começar com esse tipo de prospecção, fazer um estudo nesse sentido, para que daqui a algum tempo, nós possamos contar com uma organização moderna dentro da cidade e com os transportes modernos, ao serviço da nossa população.

Tinha aqui umas notas que se prendem ainda com o Orçamento. O Orçamento, penso, é em nome do princípio da unidade, é conjunto - o dos Serviços com o da Câmara Municipal e eu vejo aqui obras, portanto, que são feitas na Zona de Taboeira, na Zona Industrial perto de Cacia; são obras conjuntas de empreitada: Câmara Municipal/ERSUC. Não vi que estivesse

determinada no Orçamento, qual é a comparticipação da Câmara Municipal e da ERSUC. E portanto, a minha pergunta ia no sentido: sobre se há no Orçamento alguma compensação, quer dizer, se a verba inscrita no Orçamento está compensada, com a desta entidade - ERSUC - ou se pelo contrário, está contabilizado, o benefício da ERSUC com o gasto da Câmara Municipal? A estar compensado, creio que será um erro, porque a legislação sobre a orçamentação, não permite a compensação. Como não vi o fluxo de ingresso, na contribuição da ERSUC, penso que essa verba da Câmara estará compensada com a outra. É o que tinha a dizer.”

Presidente da Mesa:

“Esse problema dos parques de estacionamento periféricos, pressupõe que haja acesso à cidade, por um lado; por outro lado, os parques de estacionamento periféricos só servem para quem vem de fora da cidade e para quem vive nos subúrbios, porque há o problema de quem mora na cidade, que não vai ter que ir estacionar o carrinho fora de porta. E aí enxerta-se outro problema, é que foi autorizada muita construção em altura, em Aveiro, sem cave de estacionamento; coisa que não se usa - já que estivemos aqui a falar no estrangeiro: uma Cidade com Hong-Kong, não tem problemas de estacionamento, nem de transito, porque em todos os quarteirões as caves são para estacionamento dos respectivos automóveis; não são para armazenar, nem para ter lojas. Em Aveiro, durante muitos anos - e não foi da última gestão, construíram-se enormes edifícios sem estacionamento, mas vamos ver se se vai resolvendo.”

Vogal Dinis Correia:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Ao ler o Plano de Actividades dos Serviços verifiquei com agrado, digo, a entrada em funcionamento - a curto e médio prazo - de oito mini-bus, que conforme se pode verificar pelo Plano Plurianual de investimentos, vão custar aos serviços 128 mil contos. Esta situação causou-me, direi, alguma perplexidade por aquilo que passo a expor: aquando da venda dos terrenos do Còjo, por aquilo que eu sei e que todos nós sabemos, houve necessidade de criar parques de estacionamento alternativos, alguns deles na periferia. Também por aquilo que me constou, o Executivo de então (e a meu ver, no interesse do próprio Município), negociou com a empresa holandesa, portanto que iria proceder à urbanização daquele espaço, a oferta de alguns mini-bus; não sei o número correcto. Portanto a pergunta que eu faria e que gostaria que o Sr. Residente da Câmara me respondesse, era o seguinte: a empresa por sua iniciativa, deixou cair o compromisso entretanto assumido? Ou por outro lado: se o novo Executivo, considerando outros interesses para o município, talvez até mais importantes, negociou com aquela empresa diferentes contrapartidas? Era só isto que eu queria que o Sr. Presidente me informasse, Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Eu queria saber se a transferência prevista da Câmara, para os Serviços; além daquelas que dizem respeito ao programa Aveiro Cidade-Digital, que tem que entrar na Câmara para poder ser transferido, queria saber se era também porventura, comparticipações de financiamentos já assegurados na área do saneamento ou noutra qualquer? Ou se é de facto dinheiro liquido disponível, para os investimentos?”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Começo pelas últimas, que me foram endereçadas. As transferências da Câmara para os Serviços, são efectuadas através das verbas da Câmara, não correspondem a nenhum subsidio especial, há um esforço de facto de investimento, que é feito pela Câmara através dessas transferências. Devo dizer que ano a ano, esse objectivo não tem sido cumprido e tenho a grata satisfação de num ano de dificuldades financeiras, poder dizer, que este ano

conseguimos atingir uma verba que já não era atingida há mais de 6 anos.

Conseguimos transferir cento e trinta e tal mil contos, só para esse efeito, o que foi de facto um recorde em relação aos últimos cinco anos. E portanto, apesar de estarmos a baixo daquilo que teria sido desejável, e que tinha sido previsto, representa um esforço importante, que foi possível concretizar este ano.

Em relação aos mini-bus, que teriam sido contrapartidas negociadas, a propósito do investimento do Fórum - como sabe, agora não pode haver contrapartidas - e nós tivemos desde logo alguma dificuldade em perceber, como é que isso ia ser integrado. Por outro lado, aconteceu isto: os mini-bus, eram para os parques periféricos; nós não tínhamos parques periféricos e portanto achámos que era mais fácil, que esse esforço que ia ser feito pela empresa, fosse canalizado em condicionamentos imediatamente relacionados com o projecto. Concretizando: as três pontes, que estão sobre os canais e que foram suportadas financeiramente pela empresa; e ainda uma parte do túnel que foi feito no local que lá está e que também não era o previsto.

Portanto, foi através dessa via, que esses sim, são investimentos, são alterações ao projecto imediatamente relacionados que resolvemos não desaproveitar a boa vontade que havia para ceder esses dois mini-bus.”

Eng. Canas (Director-Delegado dos SMAS):

“ Relativamente a algumas perguntas que tinham sido feitas; o Sr. Armando Vieira referiu-se à pré-qualificação de empreiteiros: penso que estão criadas as condições, dada a envergadura das obras que se vão desenvolver, podemos utilizar essa figura da pré-qualificação.

As empreitadas que temos tido, não têm sido empreitadas de grande montante, o que quer dizer, que as grandes empresas - consideradas com pré-qualificação - à partida não concorrem. E o problema dos Serviços Municipalizados daqui e dos outros Serviços Municipalizados de outras Câmaras, também com base no Quadro Comunitário de Apoio e também com a EXPO em Lisboa, efectivamente as grandes empresas não concorriam. Houve problemas, temos um caso aqui de uma empreitada que tem tido grandes problemas, porque era um concorrente que concorreu a um concurso público. Logo relativamente aos concursos públicos, nós temos que analisar propostas e de acordo com as condições que estão estabelecidas no caderno de encargos, temos que optar. E face à carência que tem havido de empreiteiros de reconhecida qualidade, por vezes temos tido dificuldades. É um problema de Aveiro, é um problema nacional. Para mais, o que se está a verificar na zona da fronteira, é que começam a vir muitos empreiteiros espanhóis, a concorrer e a executar obras. É natural que essa tendência possa acontecer para o resto do país; exactamente por a falta de empreiteiros de reconhecida qualidade, que tem acontecido.

À medida que o montante das obras, o montante financeiro, aumenta, esses empreiteiros que estão mais habilitados a executar grandes e boas obras, vão aparecer forçosamente. Temos aqui o exemplo do Sistema Integrado da Ria de Aveiro, em que obra muito difícil, em alguns aspectos, e efectivamente temos empresas capazes em termos nacionais; e têm estado a desenvolver uma óptima execução de obra.

Relativamente a concursos limitados; aí é mais fácil. Nós convidamos, não há uma pré-qualificação, mas nós sabemos os empreiteiros que convidamos - aí não temos tido problemas.

Relativamente ao saneamento da Freguesia, efectivamente estão criadas as condições, porque é do conhecimento de todos, que o interceptor do Vouga, terá que estar executado, até ao final do ano 2000. E sendo assim, estão criadas as condições para poder avançar já este ano, com um conjunto de obras, cujos efluentes serão lançados no interceptor do Vouga. Neste caso temos Eixo e Oliveirinha concretamente.

Também relativamente à parte das galerias técnicas, conforme referiu - a Alemanha é pródiga nesses aspectos; houve uma experiência na Cidade do Porto, e ao fim de poucas centenas de

metros desistiram, face aos vultosos financiamentos que eram necessários. A própria Câmara do Porto, desistiu e aqui em Aveiro também poderei referir, que na Urbanização de Sá-Barrocas, se equacionou e na altura, e face também aos montantes envolvidos tivemos que abandonar essa ideia. Relativamente às obras no Concelho de Aveiro e ao modo de funcionamento; tem havido reuniões na Câmara Municipal de Aveiro, a Câmara Municipal de Aveiro, assumiu a coordenação duma comissão de infra-estruturas; e nesse sentido tem efectuado reuniões periódicas. O que é que acontece? Quando determinada entidade, seja os Serviços Municipalizados, seja a Câmara, seja a EDP, seja os CTT, ou também a Lusitânia Gás, quer iniciar qualquer obra, tem que comunicar atempadamente aos parceiros dessa comissão e tem havido um certo equilíbrio e conciliação. Obviamente, também refiro, quando vamos para a zona suburbana, talvez o que é prioritário para um poderá não ser prioritário para outro. De qualquer maneira, certamente que a Câmara terá em conta esse aspecto, mas à medida que caminhamos da cidade para a periferia é mais difícil compatibilizar alguns interesses. Relativamente também a um aspecto que falou, do colector no eixo do arruamento, isto também advém da legislação portuguesa. Face ao tipo e perfil dos arruamentos que são dimensionados em Portugal, a mesma indica que deve ser no eixo do arruamento. Porquê? Para evitar também, que haja possíveis contaminações que depois também toda a parte das redes de água, conforme sabem, vão muitas vezes nos passeios exactamente, porque é possível. Existe o lançamento no eixo também por implicação legislativa.

Relativamente ao Sr. Salavessa, relativamente à criação de “carreiras” fundamentalmente da Universidade para a Estação. Já há bastante tempo foi feita uma reunião e um acerto com a própria Associação de Estudantes, relativamente ao estabelecimento de “carreiras” tendo em conta as preocupações e as necessidades dos estudantes. Obviamente, isso foi estabelecido em determinado momento e em determinado dimensionamento base. O que acontece é que por vezes a própria C.P. modifica os seus horários. É preciso ver que nós funcionamos em rede, o que quer dizer, que a modificar um determinado horário temos que modificar o horário de toda a rede; e não é facilmente de um momento para outro. De qualquer maneira poderei também referir que já foi solicitada à própria Associação de Estudantes que nos informe concretamente quais são as necessidades actuais com vista a tentarmos melhorar a oferta de transporte Universidade/Estação Estação/Universidade. Estamos a aguardar que nos comuniquem determinados dados que nós solicitamos. Relativamente à entrada em funcionamento dos mini-bus e também do inquérito à população, foi analisado por uma empresa para a Câmara Municipal de Aveiro, um estudo sobre o trânsito, em que também é contemplado numa pequena franja também o estudo de mobilidade. Face a esse estudo, nós sentimos e está aqui referido aqui no Plano, na página 7 salvo erro, de que são necessários avançar com estudos técnicos aprofundados, na área de mobilidade, tendo em conta que vai haver vários sistemas de transporte na cidade. Também poderei referir que têm havido negociações com a própria Direcção Geral de Transportes, no sentido de a mesma se associar aos Serviços Municipalizados e à Câmara, no sentido de esse estudo ser realizado face à experiência e ao financiamento da própria Direcção Geral de Transportes; pensamos que esse estudo poderá ser realizado ainda este ano com o apoio exactamente da Direcção Geral de Transportes Terrestres, seria praticamente um estudo piloto. Relativamente ao saneamento, no ano 2001 o Sr. Presidente da Câmara referiu que politicamente objectivo é 90%, aqui relativamente ao plano Plurianual de Investimento para o quadriénio o objectivo é 94%. Como é que lá chegamos? Neste momento, estou a falar no final do ano de 98, a taxa de atendimento era 76%. Em 99 só em ampliação redes vamos investir 671 mil contos, números redondos. No quadriénio, vamos investir em números redondos 4 milhões e 100 mil contos, o que dá uma média de 1 milhão de contos por ano. Isto é um objectivo e é um financiamento que foi ponderado, que a própria Câmara assumiu, que este investimento será feito e que mesmo que não se consiga um contrato programa, que é também uma luta que estamos a fazer e temos todos os elementos

também já preparados para isso, só com rede até ao ano 2003, são 5 milhões 231 mil contos, só em redes. Em tudo isto que está aqui tem a ver com um conjunto de obras que tem a ver com redes, tem a ver com estações, mas eu estou a falar só de ampliação de redes com o objectivo de atingir os 94%, para atingir os 98% nos estimamos que precisamos de 5 milhões 231 mil contos.

Entretanto deu entrada na sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Engenheiro, há um dado que tem sido referido ao longo dos anos nos Serviços, sobre a taxa de percentagem de execução da rede na área do concelho de Aveiro, e se eu julgo bem, esta taxa, este valor, tem 71%, é encontrando utilizando o número de utentes e não a área geográfica servida do território, não é verdade?”

Eng.º Canas (Director-Delegado dos SMAS):

“Obviamente, é relativamente à população que se considera.”

Vogal Armando Vieira:

“Mas se analisarmos o investimento, obviamente que o investimento per-capita de fora da cidade, em rede de saneamento é muito superior. E a área a percorrer será muito superior para menor número de utentes, mas a rede vai custar o mesmo dinheiro, logo está por realizar, e desculpe não concordar com a leitura que faz de 71% da população servida, mas não está 71% de território coberto; é assim não é verdade? E quanto à observação do Sr. Salavessa, pondo ali um “se” eu fico extremamente preocupado, mas como eu não estou habituado a ver os Serviços Municipalizados falharem, espero que não vão falhar este.”

Vogal António Salavessa :

“Pelas minhas contas, e admito que me possa ter enganado, eu somei apenas a ampliação de redes de drenagem de águas residuais deste ano, com a ampliação de rede de drenagem de águas residuais dos anos seguintes do quadriénio, e isso deu-me, não aquela verba, mas 6 milhões 352 mil contos. O Sr. Eng. Canas está a falar para atingir no quadriénio, em 4 milhões de contos, portanto 1 milhão de contos por ano, é uma diferença substancial. A diferença que está, é a diferença que há entre a previsibilidade do investimento com a sua concretização (da meta) ou então para a concretizar é preciso arranjar muito mais do que aquilo que está previsto, a diferença está aí. Já agora Sr. Eng., para não interromper mais, diga-me uma coisa que me anda a bater na cabeça, até por interpretações que tenho, essa taxa é de disponibilidade de serviço ou de ligações efectivas? Porque consta-me que há muitos sítios onde o sistema está disponível e em que as pessoas não estão ligadas, continuam a vazar para as valas como se o saneamento lá não estivesse.”

Vogal Armando Vieira :

“Obviamente que isso tem a ver com a política de incentivos, tem razão Sr. Salavessa. Eu acho que as taxas deviam ser manifestamente inferiores para incentivarem a ligação, e depois nem que se calhar o consumo, a utilização, fosse um bocadinho mais cara. Mas usando agora a propagandeada e parece que eficaz, forma de antecipar receitas usada pelo Governo, porque é que os Serviços Municipalizados de Aveiro não fazem o mesmo, naquelas figuras jurídico ou financeiras de antecipar receitas não resolvem este problema.”

Eng.º Canas (Director-Delegado do SMAS):

“Respondendo agora concretamente à última pergunta, em Aveiro como em qualquer ponto do País e do mundo, tem a ver com a disponibilidade. De facto, é disponibilidade. Isso é um dado

técnico característico. Mas para completar a intervenção do Sr. Salavessa, autofinanciamento, 325 mil contos, devo dizer que só é possível este autofinanciamento através de uma gestão de racionalização de meios e investimentos fortíssimo, que é exemplo em termos nacionais mesmo. Relativamente ao Carvoeiro, não vou responder, porque é uma situação que já foi decidida há três anos, não corresponde a mim responder. Relativamente ao Sr. Dr. Jorge Nascimento, poderei referir, também anunciado no documento que está à votação, de que o estudo e referi também, vai ser feito um estudo de mobilidade, esperemos com o apoio em vários aspectos da Direcção Geral de Transportes Terrestres, em que contemplará um conjunto de decisões futuras. No entanto, aquilo que também posso referir, é a preocupação de se virem a estabelecer parques periféricos, para evitar a entrada de carros na cidade, essa também é a aposta que vai ser feita, depois com o transporte de mini-bus para o centro da cidade, transportes rápidos, pensamos com carreiras de sete minutos em sete minutos de frequência, com a duração de vinte a vinte cinco minutos. Mas para além disso, à medida que isto acontece em Coimbra e em Évora, à medida que haja mais dificuldades de estacionamento no centro das cidades, não basta estabelecer o sistema “park-and-ride”, nós temos que criar condições para que haja mais horários, melhores carreiras, da periferia para o centro da cidade também, isso tem acontecido em todas as cidades onde há dificuldades e em que foram criadas dificuldades no centro da cidade. Logicamente, é com este duplo sistema que pensamos ultrapassar a dificuldade de acesso ao centro da cidade por parte do carro privado, isto também está enunciado no documento. O conjunto de medidas, é exactamente isso que estamos a procurar. Relativamente ao orçamento próprio, Zona Industrial da Taboeira, o que acontece, isso foi feito na anterior Câmara, foi o protocolo feito com a ERSUC que veio aqui à Assembleia Municipal, essas obras são suportadas pela ERSUC, sobre fiscalização da Câmara Municipal de Aveiro e dos Serviços Municipalizados, em termos de acessibilidade é a Câmara Municipal e em termos de saneamento é a Câmara pelos Serviços Municipalizados. São estas duas obras que estão lá incluídas no protocolo firmado entre a ERSUC e a Câmara.”

Presidente da Câmara:

“Como disse o Sr. Eng.º Canas, a única taxa interessante é esta, a taxa da disponibilidade. Porque taxa de cobertura do território (salvo o devido respeito), se não viver lá população não interessa. Estar a instalar saneamento onde não habita lá população!”

Vogal Armando Vieira:

“Permita-me que discorde. Porque o Território habitado (então vamos ser mais precisos) as ruas habitadas do concelho de Aveiro, em mais de metade da sua área geográfica do concelho, não tem rede de saneamento. Obviamente, a densidade populacional que aí habita é muito menor, senão o Sr. Presidente não precisa de fazer grande exercício, veja quantas freguesias não tem cobertura de saneamento, logo não pode estar a coberto 70%. O Sr. Presidente fará a leitura que entender, e eu percebo a leitura que fazem, mas permita-me que discorde, também tenho esse direito.”

Presidente da Mesa:

“Estou morto por ver o Ex.mo Sr. Armando Vieira na presidência da Câmara para ver como é que é...”

Vogal Armando Vieira:

“Não, não vai ver, até porque aos poucos vou-me vacinando disto. Gosto muito do trabalho de autárquico (já agora para responder-lhe) e de fazer aquilo que em política, acho que é muito bonito e que é muito puro, que é: a política para mim, na sua essência, é o serviço aos outros. E, é nessa perspectiva que eu estou na política; e isso dá-me uma grande felicidade. Obviamente

que o Sr. Presidente da Câmara também estará. Mas pressupondo, das suas palavras alguma... eu sei ocupar o meu lugar Sr. Presidente da Assembleia, e sei o terreno que piso.”

Presidente da Mesa:

“O problema aqui, não é o problema de capacidade e de competência, o problema é que: “quem está fora, pia fino”.”

Vogal Armando Vieira:

“Não é isso. Eu percebo, que é uma questão de interpretação, mas também lhe digo: se calhar alguns Presidentes de Junta, poderiam dar uma achega importante na gestão Municipal se lá estivessem.”

Presidente da Mesa:

“O augúrio era esse. Mas isto foi para amenizar. Por acaso desta vez tem sido interessante.”

Vogal Armando Vieira:

“Se me permite, não aconteceria (e o Sr. Presidente da Câmara não me vai levar a mal, vou estragar um pouco este tom coloquial desta reunião de hoje), o que está a acontecer com o pessoal da Câmara. Não aconteceria, que houvesse uma revolta latente nos operários da Câmara, comigo isso não aconteceria. Porque estão a querer impor um horário aos operários da Câmara, de laboração, que eles não concordam e o tão propalado diálogo do Partido Socialista e dos agentes do Partido Socialista, não se vê na Câmara de Aveiro!? Eu já fui procurado por vários trabalhadores da Câmara de Aveiro, operários, que como todos nós sabemos, e se todos nós sabemos de onde as pessoas vêm, todos nós sabemos que as pessoas levantam-se cedo, vêm trabalhar ganhando aquele paupérrimo salário que auferem na Câmara de Aveiro, e depois aproveitam as horas restantes para irem cultivar umas courelas ou fazer outras actividades, para assim melhorarem o seu orçamento familiar, para viverem com um pouco mais de dignidade. E a revolta está aí. Meus Senhores, a Câmara deve ter cuidado com isso, porque acho que devia ter ouvido os trabalhadores e não ouviu, e é lamentável, e não é socialista! Eu devo dizer que um Social Democrata não faria isso. E já agora, também falo dos quadros intermédios da Câmara, Sr. Presidente da Câmara. Parece-me que o ambiente não é nada bom! Há um mal estar reinante, nomeadamente, pelo facto de sistematicamente os quadros intermédios (que são importantes no funcionamento da Câmara), receberem ordens de “estagiários” recém entrados na Câmara, que nada sabem dessas funções, e isso provoca um tremendo mal estar na Câmara, no pessoal da Câmara. E os Senhores averiguem, porque isso é uma atitude de desconsideração e até de certo desprezo, porque quem tem dado muito à Câmara, todas essas pessoas, e com certeza que são muito úteis para o bom funcionamento da Câmara. Para além de não falar (obviamente que não será imputável à Câmara actual), das condições péssimas em que todos os trabalhadores da Câmara laboram, é terrível. E eu que entro nos diversos sectores da Câmara, há gabinetes onde funcionam cinco engenheiros e mais dois desenhadores, em cima uns dos outros; não é possível.”

Presidente da Mesa :

“Foi um “fait-diver”, não vamos alongar este debate. É interessante, porque a preocupação com a qualidade de vida dos trabalhadores do município também a mim me abrange, mas enfim, não será agora a melhor oportunidade para abrirmos um debate geral sobre isto. Mas já agora, devo informar o Deputado Armando Vieira, que hoje em dia, em terminologia política Europeia, não há qualquer distinção entre partidos socialistas, sociais democratas, obreiristas e trabalhistas. A única reserva que existe, é na abrangência ao partido do Mr. Clinton, é a única reserva que existe em termos de internacional socialista .”

Vogal Armando Vieira:

“Permita-me que discorde. Eu continuo a ser Social Democrata, não é?”

Presidente da Mesa:

“O Sr. pode chamar-se a si próprio o que bem quiser... e não é ofensiva ainda por cima .”

Vogal Armando Vieira:

“Eu não sou Neo-liberal Socialista, nem pensar, nem estou virado para a protecção descarada aos grandes grupos económicos e aos grandes capitalistas deste País.”

Presidente de Mesa:

“Ali o Sr. Salavessa, já fez as contas e chegou à conclusão que tinha razão, como sempre.”

Vogal António Salavessa:

“Muito obrigado. Sr. Eng.º, obras em curso, só o que diz respeito à ampliação de redes de drenagens de águas residuais; 168 mil e 500 contos. Obras novas, só no que diz respeito à ampliação da rede de drenagem de águas residuais; 5 milhões 184 mil contos. Isto perfaz para o quadriénio, 5 milhões 352 mil! Ou os quadros estão errados, porque as somas já estão repetidas, portanto, 5 milhões 352 mil. Investimentos para este ano, para este plano; 681 mil e 600 contos, ou seja 12% das necessidades para quatro anos, quando previsivelmente deviam andar acima dos 20% próximo dos 25%, para que o Plano fosse cumprido. Portanto, repito, não é com este ritmo de investimento que se cumpre este plano, tem que se ver o salto que se dá.”

Presidente de Mesa:

“Vamos então prosseguir agora mais aprofundadamente”

Vogal Armando Vieira:

“Este meu desabafo foi dirigido a vossa Ex. e obviamente ao Sr. Presidente da Câmara, na parte que lhe compete, mas porque eu sei que vossa Ex.ª, Presidente da Assembleia, comunga como eu, de uma crítica ao comportamento do actual Governo no que respeita à sua postura.”

Presidente da Mesa:

“Eu não posso abrir a minha intimidade em ambiente tão público e com tantos jornalistas, mas podemos conversar um pouco um dia destes.”

Presidente da Câmara:

“Era só para responder ao Sr. Deputado Armando Vieira, no comentário que fez, sobre os trabalhadores da Câmara. Eu queria de alguma forma contradizer aquilo que disse. Eu acho que este Executivo esta muito reconhecido e muito satisfeito com o esforço enorme que foi pedido aos funcionários, operários da Câmara, neste último trimestre, foi um esforço enorme. Mas é evidente, que na gestão corrente, se o Sr. Armando Vieira fosse o gestor Social Democrata, destas unidades de gestão que estamos a falar e dentro desse espírito Social Democrata, de deixar ir depois as pessoas trabalhar para as terras, para aumentar o seu pecúlio, deixava-as ir a uma hora determinada, depois de cumprido o horário de trabalho. É isso que está em causa. Uma gestão correcta que faça por um lado com que as horas que são devidas ao município sejam efectivamente cumpridas e que não prejudique depois a composição do salário que eles fazem nessas horas. É uma medida de gestão que estou convencido que o Sr. Armando Vieira seria o primeiro a tomar, para ter uma empresa a trabalhar melhor e sem prejuízo da preocupação social complementar, que lhe possa advir desses trabalhos que eles

fazem à posterior. Agora os “estagiários”. Há aí alguma má informação provavelmente,. Nós temos “estagiários” neste momento, de diferentes formações, diferentes níveis, temos administrativos, temos licenciados, temos pós graduados, etc., É evidente, que quando se põe o “estagiário” em situação de enquadramento, a tentar reorganizar, ou a aprender com o chefe de divisão, é natural, que no percurso do processo esteja a pedir a outros funcionários que façam pequenas tarefas, porque está lá para isso, está lá para estagiar numa função de chefia, está lá para estagiar numa função de chefe de divisão. O resto não, o resto são estagiários, que estão a aprender o b-a-bá como é normal. Portanto, só gostava de dizer isto porque generalização pode ser injusta e pode dar a entender que nós de facto perdemos o sentido das coisas e não é isso que se está a passar.”

Entretanto saiu da sala o vogal Jorge Carvalho Arroiteia.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, para não falarmos mais sobre isso, só lhe digo: ouça os trabalhadores, ouça os funcionários, porque é disso que se trata. Os trabalhadores são homens e mulheres e é disso que se trata e é disso que eles se queixam.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, Serviços Municipalizados - Plano Plurianual de Investimentos para 1999, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de vinte e oito votos a favor (12PS+8PSD+8PP) e uma abstenção (1PCP).

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal.

Vogal Armando Vieira:

“Votei a favor (e estou a fazer esta declaração de voto em nome pessoal), na esperança e na crença do que o comportamento dos Serviços Municipalizados nos habituaram, de que este Plano Plurianual seja cumprido escrupulosamente.”

PONTO N.º 6 - REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.

Presidente da Mesa:

“Como estarão lembrados, em 19 de Outubro, foi criada uma comissão eventual para elaborar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Aveiro, constituída por dois elementos do grupo do PS, outros tantos do PSD, outros tantos do CDS/PP e um do PCP. Foi presente um relatório dessa Comissão, que apresenta uma introdução e um articulado desse Regulamento Provisório, cuja elaboração lhe foi cometida.

Pessoalmente penso que a Comissão fez um bom trabalho, mas melhor que eu e mais abaladamente, por direito próprio, a Assembleia em colectivo terá que se pronunciar.

Vou pôr à discussão este articulado na generalidade, a menos que entendam que o discutamos na generalidade e na especialidade, conforme as inscrições que hajam. Não sei se alguém da Comissão, nomeadamente o seu Presidente, quer fazer uma introdução, dizer, enfim, o que quer que seja, nomeadamente das dificuldades ou da filosofia ou de qualquer coisa que não conste no relatório preambular.”

Vogal Custódio Ramos:

“Começo por me penitenciar, porque cometemos um erro, quando a UGT não constava inicialmente e houve uma rectificação que já distribuámos.

Entretanto, por força da inclusão da UGT que inicialmente estava, só que depois os computadores... houve um lapso e ela saiu. Por essa razão, quando se fala agora na alínea “u” ou “v”, houve uma mudança de onde resulta depois o artigo 5º do Regulamento, que também se refere à alínea “w” e não à alínea “v”.

Posta esta questão da rectificação, diria em síntese, que se trata de um trabalho, de facto, colectivo ou colegial (como queiram), que ainda por cima beneficiou da colaboração do Sr. Cartaxo, que fez contactos com outras Câmaras; eu próprio fiz com algumas, trocámos opiniões e resultou um texto agradável. Penso que é um trabalho que merecerá a confiança de toda a Assembleia.

Em síntese diria, que teve-se em conta a lei 33/98. Seguiu-se depois algumas consultas, nomeadamente da Lei da Segurança Interna, para se definir o que são “Forças de Segurança”; incluímos aí por exemplo o Serviço de Estrangeiros, que é uma Força de Segurança segundo essa Lei. Ficou de fora o SIS, porque não sabemos nada sobre isso.

Idealizamos um Conselho que fosse funcional: 45 elementos. Resultou por exemplo que quando gizámos inicialmente 10 elementos a nomear por esta Assembleia, quando verificámos o lapso da UGT lá faltar, substituímos um elemento, passando de 10 para 9, que é para resultar precisamente 45 elementos. Trata-se de pessoas ou entidades que vão trabalhar em regime de voluntariado, como tal, temos que lhe dar uma certa margem de manobra, isto é, o Conselho, ele próprio, ter possibilidades de elaborar um regimento interno e aí sim, em sede de regimento interno, esse órgão definirá na nossa opinião as várias formas de funcionar e trabalhar, ou seja, traçámos só um conjunto de regras gerais, que de certo modo são provisórias e passarão a definitivas, em momento posterior e oportuno quando esta Assembleia apreciar o parecer que o próprio Conselho de Segurança irá emitir acerca deste texto.

Provisório não significa que não seja eficaz, mas todas as normas que aqui constam, passam uma vez aprovado o Regulamento, a ter eficácia. Isto para dizer que, o Sr. Presidente da Câmara, que por lei vai presidir a este órgão, dispondo deste instrumento, vai ter que implementar, vai ter que proceder à instalação.

A proposta instalação, tem haver com a ideia de provisório; a Lei, talvez porque sendo um órgão vasto, tão importante como a Assembleia da República, era omissa num conjunto de passos, num conjunto de momentos, para implementação deste novo órgão, que é criado ao nível de Aveiro, no país. E nós tivemos a ideia de criar-se um momento de instalação que se inicia a partir do momento em que o Município de Aveiro vai dispor deste instrumento, que é este Regulamento, e a partir daí, o próprio Presidente da Câmara terá que iniciar a implantação deste órgão. O Conselho considerar-se-á instalado definitivamente, quando vier a tomar posse perante esta Assembleia Municipal. A ideia de posse perante a Assembleia está na lei 33/98 e não podíamos fugir a isso, mas por outro lado, foi nossa intenção criar esse mesmo momento, dando-lhe um cariz de solenidade que é: finda a instalação, o Conselho toma posse com dignidade e com solenidade perante esta Assembleia. Daqui até lá, irão processar-se um conjunto de passos, como seja: o convite a todas as entidades e na 1ª reunião em que o órgão funcionará, será apreciado o texto deste Regulamento, que como sabem, tem carácter provisório. Isto em linhas gerais. Os Srs. Deputados se tiverem alguma dúvida, nós podemos em conjunto esclarecer. Penso que depois de aprovado este Regulamento, teremos que escolher, teremos que também fazer uma opção relativamente aos 9 elementos, que irão representar esta Assembleia. Como sabem a Lei previa até 20; nós propomos à Assembleia que sejam 9, para que haja 45 como já disse a fazer presença, portanto, o quorum em pleno. Mas para efeitos de funcionamento, prevê-se que bastarão 15 pessoas ou seja 1/3, para que o Conselho emita parecer sobre qualquer assunto nos termos da Lei e do Regimento.

É preciso ver que se trata de um órgão consultivo, não é propriamente um órgão deliberativo e como tal achamos, em nossa opinião, que não valia a pena estar a exigir - metade mais um -

bastaria funcionar com 1/3 dos elementos. Coloco-me à disposição de todos para qualquer esclarecimento se for necessário. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Eu pessoalmente devo dizer que está bem congeminaada esta engenharia. A lei respectiva - a Lei 33/98 não é famosa, e portanto, isto obriga a um avanço em metamorfoses, isto é: é um Regulamento Provisório, depois há o definitivo, há uma constituição do Conselho provisória, depois passará a definitiva, enfim, se ninguém arguir nulidades no entretanto, quando for dada posse a este Conselho, estarão sanadas as fragilidades do processo. Eu acho bem, como foi sugerido, que seja feita uma posse formal, aqui ou onde a Assembleia estiver a funcionar; não me parece que se justifique dar posse individual aos Membros do Conselho, mas será feita uma posse, salvo melhor opinião, uma posse minimamente solene do colectivo. No entretanto foi apresentada uma proposta de escolha pela Assembleia dos 9 cidadãos, entregue pelo Deputado Custódio Ramos e que acho que se enquadra bem: criação de uma Comissão Eventual, com a composição prevista, a quem a Assembleia delega - é disso que se trata. Acho isso bem pensado; podia até ser a mesma Comissão, que funcionou bem; mas enfim, parece que há algum melindre de não quererem ser eles próprios, como deram esta sugestão podem não querer ser eles próprios a fazer essa escolha. Outra solução é ser a Assembleia a escolher em plenário. É complicado. Desde que esta Comissão tenha, como certamente terá, se for aprovada, o bom senso de fazer consultas aos grupos, aos partidos, às entidades, ou à Conferência de Líderes, enfim, isto é, esta Comissão Eventual é uma espécie de Conferência de Líderes. Depois dirão melhor, mas penso que pode ser assim. Aliás, 9 elementos escolha desta Assembleia, é uma percentagem relativamente pequena do todo, não é muito preocupante quem sejam, embora deva haver bom senso e conhecimento das realidades sociais para a escolha desses 9 elementos. E são 9 e não são mais, portanto vai ter que haver critérios de repescagem ou de escolha desses elementos.”

Vogal Dinis Correia:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tinha sido indigitado pela minha bancada para fazer parte desta Comissão. Apenas participei na 1ª reunião dado que tive que ausentar-me de Aveiro durante todo o mês de Dezembro. No entanto, eu não posso deixar de felicitar esta Comissão e faço-o na pessoa do seu Presidente - o meu caro amigo Custódio Ramos - pela qualidade do trabalho apresentado, mas também pela celeridade com que o fez. Espero que isso sirva de exemplo para todos os Membros desta Assembleia que eventualmente venham a constituir futuras comissões. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Pouco tenho a dizer acerca do documento, como é hábito os documentos que passam pelas mãos do Sr. Custódio Ramos; são bem elaborados. Em relação à composição do Conselho, só estranho o facto de a Universidade de Aveiro não estar representada, uma vez que tem uma área bastante grande de implantação no Município de Aveiro; tem um sistema de segurança montado; tem uma série de equipamentos, que acho que era importante serem do conhecimento do Conselho de Segurança do Município. De maneira que pelo menos o responsável pela segurança da Universidade de Aveiro devia estar presente e integrar o Conselho Municipal.”

Vogal Filipe Neto Brandão:

“Sr. Presidente. Usei da palavra apenas para engrossar o coro de encómios ao meu camarada Custódio Ramos, a quem daqui da bancada saudamos e louvamos uma vez mais o trabalho meritório. Congratulamo-nos, que esse mérito seja reconhecido por todos. Obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Bom, é para dizer que também nós nos congratulamos com a qualidade do trabalho que foi produzido e naturalmente, não deixo de apresentar cumprimentos ao Sr. Custódio Ramos. Mas quero vê-los extensivos a todos os membros deste grupo que trabalharam e, portanto, também é justo citá-los.”

Vogal Custódio Ramos:

“Eu deixei claro, sublinhei que eu próprio beneficiei de ideias e de troca de opiniões, de trabalho de outras entidades, de outras pessoas. Portanto, não é só trabalho meu. O meu trabalho foi de pesquisa, foi de coordenação; isto é um trabalho colectivo.

Quanto à questão da Universidade, eu estou inteiramente de acordo, daí que inicialmente, o Sr. Armando Vieira e outros elementos da Comissão, tínhamos posto na nossa primeira proposta dois, três elementos, depois acabámos por ir para dez, agora está em nove; se quiserem podemos pôr mais pessoas. Quando pensamos em nove, pensamos que ia ficar de fora o Hospital de Aveiro; ficou de fora a Misericórdia; quando nós pusemos aí nove pessoas estávamos precisamente a pensar que esta Assembleia tem hipótese de colocar alguém da Universidade de Aveiro sem dizer que é da Universidade de Aveiro; alguém por exemplo da Misericórdia de Aveiro se assim entender, alguém do Fórum por exemplo, que também tem serviço de segurança. Estou a lembrar-me agora, alguém ligado a serviços ligados à toxicodependência que haja no Concelho de Aveiro; sem dizer expressamente. Ou seja, ocupando a quota dos nove que nós temos aí reservada. Isto para dizer ao Prof. Manuel António Coimbra, que não esquecemos a Universidade.

Penso que todas essas chegadas devem ser agora endossadas para a Comissão que vai elaborar a lista dos nove membros que compete a esta Assembleia designar. E há um pedido que eu faria, pessoal, que é relativamente aos nove elementos; não se partidarize essa composição. Que se procure pôr a Universidade de Aveiro, sim senhor; outras entidades e depois distribuir e ocupar a quota, mas sem dizer que “este é dos nossos”, que isso seria o pior que podia acontecer se partidarisássemos já essa quota dos nove elementos.

Esta é a minha opinião pessoal, não sei se estão de acordo com ela.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Só para dizer que acho que alguém da Universidade de Aveiro, não é o responsável da segurança da Universidade de Aveiro, ou seja, eu acho que a participação da Universidade de Aveiro deve ser de alguém conhecedor da realidade do sistema de segurança da Universidade de Aveiro. A Universidade de Aveiro, somos muitos. Mas o sistema de segurança tem as suas especificidades e são essas especificidades que eu gostava que ficassem consignadas nesta composição, porque é uma entidade completamente diferente de alguém da Misericórdia. Não é desprimor para a Misericórdia, mas é que a Universidade de Aveiro tem outra segurança que se calhar a Misericórdia ou o Fórum não têm. Era só isto.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostava de fazer uma sugestão à Comissão que se vai constituir, que era de justiça e pelos seus conhecimentos e pelo que fizeram pelo Concelho de Aveiro, que nestes nove cidadãos designados pela Assembleia Municipal, que achava de justiça, que fossem convidados os últimos Presidentes da Assembleia Municipal. É uma sugestão que deixo aqui.”

Vogal João Pedro Dias:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu também li com atenção o documento que foi entregue e obviamente, que me associo também às palavras que lhe foram dirigidas e que foram personificadas obviamente no Sr. Custódio Ramos. Como aqui já foi dito, trabalho em que ele se empenha, não quer dizer que estejamos sempre de acordo com as soluções a que se chega, mas temos a certeza que se chegam a algumas soluções. E portanto, também faço minhas as palavras que lhe foram dirigidas, obviamente simbolizando o trabalho da Comissão.

Mas ainda bem que ele fez esta última intervenção, porque a última intervenção do Sr. Custódio Ramos, deu-me oportunidade de discordar dele. Porque como devem calcular, também é um bocado maçador termos que estar sempre a concordar, e por vezes uma discordância também faz bem, também anima. Eu devo dizer que não concordo nada que a Assembleia tenha que se preocupar em encontrar ou em suprir lacunas de instituições que aqui deviam estar ou não deviam estar. Se é incumbido à Assembleia o direito de designar X membros, e como esta Assembleia, para o bem ou para o mal, é um órgão político e partidário, é natural que as nomeações sejam elas nomeações com alguma carga partidária.

Eu devo dizer, é que não me choco rigorosamente nada, que a composição da Assembleia seja substancialmente diminuída nessa Comissão, até para não tornar o Conselho excessivamente alargado e logo inoperacional. Penso portanto, que a quota dos Membros da Assembleia, naturalmente, deverá ser uma quota que emana da composição partidária da própria Assembleia. Se eventualmente outras instituições faltam; foi referida a Universidade de Aveiro, admito que outras possam faltar (e aqui falo em termos individuais), obviamente que em termos de bancada do Partido Popular a questão não foi analisada, mas creio que não haverá qualquer problema da nossa parte em que o número de membros a indicar pela Assembleia seja menor, por forma a que se contemplem outras instituições eu diria que por direito próprio, ou se não por direito próprio, que se reconhece como útil, que participem nessa Comissão. Agora, o que não me parece francamente bem, é que a Assembleia tenha que se preocupar com isso.”

Presidente da Mesa:

“Estamos entendidos. Pergunto ao Prof. Coimbra se formaliza a sua proposta? E em que termos? Seria por ventura um representante da Universidade de Aveiro, subentendendo que seja do Sector da Segurança, mas isso a Universidade de Aveiro o dirá se for o caso não é!

A minha proposta, estamos só a antecipar, no tal sistema da metamorfose a ser aprovado qualquer coisa do género, deveria ser a seguir à alínea “q” e antes da “r”, descendo todas elas um grau.”

Vogal Custódio Ramos:

“Eu também queria dizer que não discordo totalmente disso, mas a questão é esta: ou vai pela quota da composição prevista na Lei, que é Força de Segurança, Forças de Bombeiros, etc., que estão definidas nos termos do artigo 5º, e aí a tal força de segurança da Universidade não se integra no conceito de força de segurança que eu referi inicialmente (quando por piada citei o SIS), que integra o Serviço de Estrangeiros, a GNR, a Polícia, etc., e aquilo não é uma força de segurança nesse sentido.

Agora se me diz assim: mas eu quero da Universidade enquanto instituição cultural, etc., isso é outra questão. Nós temos todo o direito; mas isso aí já é área da investigação, área da cultura, área da educação, etc., etc.; como Força de Segurança, eu peço desculpa mas não está prevista na Lei de Segurança, e o conceito que eu disse que inicialmente a Comissão seguiu, era o da Lei da Segurança Interna.

Daí que a Comissão utilizou outro critério que é: se aparecer alguma entidade, alguma pessoa, que a tal Comissão que há-de vir a ser nomeada daqui a um bocadinho, entenda integrar, vai pô-la na quota dos nove da Assembleia. Porque não tem cabimento. Ou o senhor doutor me

propõe que é a Universidade de Aveiro enquanto instituição; a Reitoria que nomeia e eles depois nomeiam o indivíduo dos serviços sociais, o indivíduo que ele quiser, o chefe do refeitório ou o contínuo o problema é dele, do Reitor. Agora, pôr-me aqui que é na quota da Segurança, eu digo-lhe: não está na Lei de Segurança Interna, logo não pode ser. Agora, há actividade de empresas privadas de segurança aqui na zona; a tal Comissão pode ir convidar directores dessas empresas de segurança e integrá-los aqui. Se quiserem aumentamos a quota de nove para onze, ou para treze, para dar mais margem. A Assembleia é soberana, eu não vou contra isso, estou apenas a dar esse esclarecimento do porquê de termos decidido assim ou não.”

Presidente da Mesa:

“Esta intervenção remete-nos para a Lei, que é a tal que nos governa e que diz o seguinte: «artigo 5º da Lei - Integram cada conselho: o Presidente da Câmara Municipal; o Vereador do Pelouro, quando este não seja assegurado pela Presidência da Câmara; o Presidente da Assembleia Municipal; os Presidentes das Juntas de Freguesia, em número a fixar pela Assembleia Municipal; um representante do Ministério Público da Comarca; os Comandantes das Forças de Segurança presentes no território do Município, bem como dos Serviços de Protecção Civil e dos Bombeiros; um representante do Projecto Vida; os responsáveis da área do Município pelos organismos de assistência social, em número a definir em regulamento de cada conselho; os responsáveis das decisões económicas, patronais e sindicais, em número a definir em regulamento de cada conselho; um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, em número a definir no regulamento de cada conselho». Daí que, tendo acolhido com credibilidade, simpatia, apoio, a referência à Universidade e depois também à Misericórdia, não vejo onde é que caiba aqui, com toda a franqueza, senão nos ‘cidadãos’.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Lei é Lei, não é? Para mim a Lei deve-nos ajudar naquilo que for necessário. Só dizia é que: eu não via a participação da Universidade como um privilégio para a Universidade; eu penso é que este conselho teria a ganhar com a experiência que a Universidade já tem em termos de segurança. Agora, se não se pode contornar a Lei ou se não se encaixa na lei - e eu não sou especialista de leis - e por isso aceito a interpretação da Mesa quanto a se cabe ou não cabe a Universidade de Aveiro na Lei que acabou de ler. Eu acho é que de qualquer maneira devíamos aproveitar essa experiência que a Universidade de Aveiro tem. Só isso.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Mas se formos assim a generalizar e a estender esse preceito, isso não chega ... eu estou a pensar aqui e isso aí é uma lacuna, penso que o regulamento está demasiadamente laico. Tem-se a ver a protecção material e a segurança material e também imaterial, quer dizer, moral; e penso que nesse aspecto é uma lacuna grave por exemplo não estar aqui nenhum representante de alguma entidade religiosa - por exemplo o Bispado - que são missões que tem a cumprir por exemplo: emite pareceres sobre acompanhamento e apoio de acções dirigidas em particular, por exemplo à toxicoddependência - os Serviços Religiosos, estarão metidos nisso. Agora aqui, as condições materiais e imateriais, empregues nas actividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente aos jovens em idade escolar, da mesma maneira, alguma interveniência. Agora, eu também entendo que por ventura não estarão compreendidos, nesse artigo 5º da lei geral. Agora a generalizar-se, também teria de generalizar-se uma entidade deste tipo.”

Presidente da Mesa:

“Bem, mas por aí colocam-se problemas de inconstitucionalidade, por que se se põe uma religião temos que pôr todas, que são muitas.

Em suma, se calhar é melhor não mexer no que está, deixamos isso ao bom senso da escolha dos membros em nome da Assembleia ou pela própria Assembleia directamente.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 6 - Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade (12PS + 8PSD + 8PP + 1PCP).

PONTO N.º 7 - EVENTUAL DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CIDADÃOS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, COMO PREVISTO NO CITADO REGULAMENTO PROVISÓRIO.

Presidente da Mesa:

«Proposta. Considerando que nos termos da alínea “j” do n.º 1 do artigo 5º da lei n.º 33/98, de 18 de Julho, compete à Assembleia Municipal designar um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança.

Considerando que o processo de designação de cada um dos cidadãos pressupõe não apenas uma opção da Assembleia mas também um convite através de contacto pessoal e a necessária aceitação;

Considerando a urgência de resolução do processo, a Assembleia Municipal delibera:

1. Constituir uma Comissão Eventual, composta por um elemento de cada Agrupamento político, destinada a desenvolver e executar as diligências e tarefas respeitantes a todo o processo de designação dos nove cidadãos previstos no Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
2. Delegar na referida Comissão as atribuições e competências da Assembleia, incluindo as que envolvem as opções a tomar e os convites a formular;
3. Recomendar à Comissão que proceda à elaboração da lista definitiva, por ordem alfabética, dos nomes dos nove cidadãos que cabe à Assembleia designar, entregando-a, com a maior brevidade possível, ao Presidente da Mesa da Assembleia que de imediato a enviará ao Presidente da Câmara para efeitos de instalação do Conselho Municipal, com conhecimento da Assembleia na primeira reunião subsequente».

A pergunta principal é esta: queremos para nós o direito de eleger ou designar, directamente e imediatamente, esses nove elementos?

Ou aceita-se que se delegue em alguém; que será uma Comissão, Conferência de Líderes, a Comissão que fez o Regulamento? Esta é a primeira dicotomia.

Agora temos a hipótese de delegar mas em termos finais, ou então há uma hipótese intermédia: é delegar a escolha obrigando à ratificação por esta Assembleia. É uma hipótese mista; faz perder tempo é evidente.”

Vogal António Salavessa:

“Eu acho que seria interessante que este Conselho com as características que tem, não demorasse muito a ser instalado. Por isso, com um carácter perfeitamente extraordinário, tendo em conta também o tipo de matéria que é para deliberar, entendo que a Assembleia pode efectivamente delegar competência sem necessidade de ratificação - portanto, tomando a deliberação.

Poderá do ponto de vista jurídico, suscitar algumas dúvidas, mas do ponto de vista político não me parece. A Assembleia decide, toma a decisão, delibera - é soberana nessa matéria. Já entendo que talvez, que nesta questão, a Conferência de Líderes talvez fosse o espaço indicado ou o grupo indicado para esta discussão.”

Vogal Custódio Ramos:

“Eu formalmente discordo do Sr. Salavessa, quando ele diz Conferência de Líderes. Mas, concordo com o que está no pensamento dele, isto é, entendo que a Conferência de Líderes, é um órgão consultivo do Presidente ou da Mesa e não tem funções executivas. Aqui o que se trata é de encarregar uma entidade, que elabora uma lista, apresenta-a à Mesa, ao Presidente da Mesa. A Mesa, endossa-a ao Presidente da Câmara para instalar o Conselho. Daí que não devemos nunca desvirtuar a Conferência de Líderes - é um órgão consultivo; stop. Agora, aqueles membros desta Assembleia que integram a Conferência de Líderes, podem ser eles a integrar a Comissão, mas terá o nome e a designação técnica de Comissão.”

Vogal Armando Vieira:

“Olhe, como isso normalmente é uma carga de trabalhos e é difícil sempre juntar as pessoas, eu sugeria que os nicotino-dependentes aqui presentes fizessem essa Comissão.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta apresentada na Mesa à votação do plenário, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido a aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária do mês de Dezembro. Eram 01:30 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.